



## Camaquã (RS) votará projeto Vigilante 24 horas em junho



Proposta foi apresentada na última sessão da Câmara Municipal

Os vigilantes de Camaquã (RS) e região estão unidos e mobilizados com o Sindivigilantes do Sul para conseguir a aprovação do projeto Vigilante 24 horas. A categoria deve comparecer em peso à votação, marcada para o dia 13 de junho, segunda-feira, a partir de 20h, na Câmara Municipal. Seria votada dia 6, mas em função do último feriado a data foi transferida. Segunda-feira (23), com grande presença de trabalhadores, a proposta foi apresentada à Casa pelo vereador Marcos Longaray (PT) e recebeu manifestações de apoio de todos os demais 14 vereadores.

Por isso, é muito grande a convicção da categoria de que a proposta será aprovada. Ela diz que “ficam as agências bancárias públicas e privadas e cooperativas de crédito obrigadas a contratar Vigilância Armada, diuturnamente, perfazendo as 24 horas do dia, inclusive finais de semana e feriados”. O projeto inclui a obrigatoriedade da porta giratória eletrônica, escudos de proteção ou cabines, câmeras e guarda-volumes.

O sindicato espera que com essas medidas sejam criados muitos empregos, além de

proporcionar mais segurança aos trabalhadores e à comunidade do entorno das agências. O projeto já foi aprovado e virou lei em Pelotas, onde começou o movimento, Canguçu, Arroio Grande, Pedro Osório e Amaral Ferrador. Já foi protocolado na Câmara de vários outros municípios.

### **Veja a lista com o município e o respectivo vereador que se comprometeu a encaminhar o projeto para votação, até agora:**

- 1- Giruá: Maurílio Matos e Andrei Schnorr (PT)
- 2- Três Passos: Cezar dos Santos (PC do B)
- 3- Porto Alegre: Engenheiro Comasseto (PT)
- 4- Canoas: Paulinho de Odé (PT)
- 5- São Miguel das Missões (Éder Gordo)
- 6- Santo Ângelo: Gilberto Corazaa (PT)
- 7- Bossoroca: Elói Batista (PT)
- 8- São Borja: Tiago Cadó (PDT)
- 9- Santo Antônio das Missões: Antônio Rui (PDT)
- 10- Santiago: Sérgio Marion (PT)
- 11- Cruz Alta: Vinicius Carvalho (PSC)
- 12- Tupanciretã: Catite (PPS)
- 13- Júlio de Castilhos: Diego (PSB)
- 14- Guaíba: Alexandre Gonçalves Santana (PDT)
- 15- Eldorado do Sul: Rogério Munhoz (PSB)
- 16- Glorinha: Jorge Fagundes (PTB)
- 17- Gravataí: Evandro Soares (DEM)
- 18- Ronda Alta: Luiz Antônio Gadini (PT)
- 19- Palmeira das Missões: Jurema (PT)
- 20- Taquari: Luiz Porto (PT)
- 21- Arroio do Tigre: Leandro Timm – Tigrinho (PP)
- 22- Camaquã: Marcos Longaray (PT)

Fonte: Sindivigilantes do Sul

# Sindsegur-RN cobra melhoria urgente na alimentação e condições de trabalho do Arena das Dunas



Diretoria do Sindsegur-RN denunciou má qualidade da alimentação e reivindicou que a empresa faça melhorias também nas condições de trabalho

Na quarta-feira (25) a diretoria do Sindsegur-RN se reuniu com os vigilantes que trabalham em grandes eventos no Arena das Dunas. Durante a reunião o coordenador geral do Sindsegur, Francisco Benedito (Bené), cobrou do representante da Natal Segurança alimentação e condições de trabalho adequadas para os vigilantes. “É inadmissível o tipo de alimentação que a empresa está servindo aos trabalhadores”, afirmou Bené

Além de protestar contra a comida de má qualidade que estava sendo servida o Sindsegur cobrou providências urgentes a fim de melhorar a qualidade e o cardápio da alimentação, bem como as condições de trabalho nos postos de vigilância do Arena das Dunas.

A reunião conduzida pelo sindicato contou

ainda com a participação do diretor de comunicação Reginaldo Cruz e da diretora Dalcilene Cabral.

Essa foi mais uma tarefa do sindicato, que tem cumprido o seu papel de fiscalizar, denunciar as condições inadequadas de trabalho e cobrar as devidas providências às empresas de vigilância.

Fonte: Sindsegur-RN



# Vigilante dispensado após ser anistiado será reintegrado novamente à Codern, decide TST



A Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern) foi condenada a reintegrar um trabalhador demitido cerca de um ano e meio depois de ter retornado à empresa por meio de anistia. A empresa recorreu, mas a Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, sob a relatoria do ministro Mauricio Godinho Delgado, não conheceu do recurso, ficando mantida a decisão que entendeu que a dispensa foi discriminatória.

Dispensado sem justa causa no início da década de 1990 por motivação política, durante o governo Collor, o empregado, vigilante portuário, ajuizou ação na 3ª Vara do Trabalho de Mossoró (RN) alegando que, após ser anistiado e readmitido em 2006, por decisão judicial, foi novamente dispensado em 2008. A Codern se defendeu argumentando, entre outros pontos, que é uma sociedade de economia mista federal, e que não existe previsão legal ou judicial que assegure estabilidade ao anistiado.

O juízo determinou a reintegração, entendendo que a dispensa, ocorrida um ano e sete meses depois da volta à empresa, violava a Lei da Anistia (Lei 8878/94). Segundo a sentença, não se tratava de empregado comum concursado, uma vez que a manutenção do emprego do anistiado “é a correção de uma injustiça, e a sua dispensa sem justa causa é o prosseguimento

da dispensa arbitrária”.

A Codern recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN) sustentando que o trabalhador não foi dispensado por motivos políticos, mas pela necessidade de redução do quadro. No entanto, o Regional afirmou que se tratou mesmo de dispensa discriminatória, observando que, em seguida à dispensa, houve a contratação de concursados. Reconhecendo a nulidade da dispensa, o TRT manteve a reintegração e o pagamento dos salários, férias, 13º salários e demais verbas trabalhistas, a partir do efetivo retorno ao serviço.

**O empregado vai voltar à antiga função e receber salários e demais verbas trabalhistas a partir do efetivo retorno ao serviço.**

## **TST**

O ministro Mauricio Godinho Delgado, relator do recurso ao TST, explicou que a conclusão do Tribunal Regional foi a de que a dispensa do empregado ocorreu de forma discriminatória, em nítida afronta ao artigo 4º da Lei 8.878/94. Tal entendimento foi tomado após o Regional analisar detidamente o contexto fático-probatório dos autos, de forma que, para se adotar entendimento diverso, seria necessário revolver fatos e provas, o que não é permitido pela Súmula 126 do TST. Assim, não conheceu do recurso.

**A decisão foi por unanimidade.**

Fonte: TST

# Dilma: ‘Cunha não só manda: ele é o governo Temer’

**Em entrevista à Folha de S.Paulo, presidenta diz que não há governo possível nos termos do Eduardo Cunha**



Dilma Rousseff afirmou que “as razões do impeachment estão ficando cada vez mais claras”

A presidenta Dilma Rousseff disse que o processo de impeachment aberto contra ela teve como objetivo paralisar as investigações da Operação Lava Jato e para ser posta em andamento uma “política ultraliberal em economia e conservadora em todo o resto”. “Com cortes drásticos de programas sociais. Um programa que não tem legitimidade pois não teve o respaldo das urnas”, afirmou Dilma à Folha de S.Paulo.

Dilma disse que o presidente afastado da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, é a pessoa central do governo interino de Michel Temer. “Isso ficou claríssimo agora, com a indicação do André Moura (deputado ligado a Cunha e líder do governo Temer na Câmara). Cunha não só manda: ele é o governo Temer. E não há governo possível nos termos do Eduardo Cunha.” Para que o governo Temer seja viável, Dilma afirma: “Vão ter de se ajoelhar”.

A respeito dos fatores que levaram ao seu afastamento, Dilma disse que o economista e prêmio Nobel Joseph Stiglitz fez um diagnóstico perfeito sobre o Brasil: “A crise econômica é inevitável. O que não é inevitável é a combinação danosa de crise econômica com crise política. O que aconteceu comigo? Houve a combinação da crise econômica com uma ação política deletéria. Todas as tentativas que fizemos de enviar reformas para o Congresso foram obstaculizadas, tanto pela oposição quanto por uma parte do

centro político, este liderado pelo senhor Eduardo Cunha”.

A presidenta lembra das “pautas-bomba”, com gastos de R\$ 160 bilhões e diz que estava por trás disso a criação de um ambiente de impasse, propício ao impeachment. “Cada vez que a Lava Jato chegava perto do senhor Eduardo Cunha, ele tomava uma atitude contra o governo. A tese dele era a de que tínhamos que obstruir a Justiça.”

Mas Dilma acredita na reversão desse processo. “Vários senadores, quando votaram pela admissibilidade disseram que não estavam declarando (posição) pelo mérito. Então eu acredito. Sobre tudo porque as razões do impeachment estão ficando cada vez mais claras. E elas não têm nada a ver com seis decretos ou com Plano Safra (medidas consideradas crimes de responsabilidade)”, disse.

## Traição

Dilma fala sobre a traição do vice Michel Temer como a pior de todas, e que ela não ocorreu no dia da votação do processo de impeachment, mas em março, “quando as coisas ficaram claríssimas”. “Você sempre acha que as pessoas têm caráter. Eu diria que ele não foi firme. Tem coisas que você não faz.”

Famosa por sua bravura, a presidenta disse que não chorou no dia em que foi afastada: “Eu não choro, não. Nas dores intensas, eu não choro. Cada um é cada um, né?”.

## Pato

Para Dilma, Temer deveria defender a volta da CPMF e lembra que seu governo defendeu a volta da contribuição “sem pudor”. “Nós passamos um ano terrível em 2015 e fizemos todo o esforço para não ter corte em programa social. Nós nunca entramos nessa do pato “(símbolo criado pela Fiesp para protestar contra aumento de impostos). Aliás, o pato tá calado, sumido. O pato tá impactado. Nós vamos pagar o pato do pato, é?”

Fonte: Rede Brasil Atual

## Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF